



## **Avaliação de alinhamento empresarial aos objetivos de desenvolvimento sustentável: proposta e aplicação de indicador no contexto das empresas fluminenses**

### ***Evaluation of business alignment with the sustainable development goals: Proposal and application of an indicator in the context of fluminense companies***

Wagner dos Santos RAMOS<sup>1\*</sup>, Sérgio Ricardo da Silveira BARROS<sup>1</sup>, Leticia Helena Medeiros VELOSO<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

\*E-mail de contato: wagner.sramos7@gmail.com

Artigo recebido em 11 de junho de 2021, versão final aceita em 11 de outubro de 2021, publicado em 22 de março de 2023.

**RESUMO:** O trabalho apresenta uma proposta de indicador para análise do alinhamento empresarial aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O referencial teórico está fundamentado na expressão da atual crise social e ambiental como contexto tanto do surgimento de agendas globais de desenvolvimento sustentável quanto do questionamento do papel das empresas nesse processo. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, empregou como métodos a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. A ferramenta SDG Compass foi a principal referência técnica para a construção do indicador de avaliação de alinhamento aos ODS, que foi aplicado em uma amostra de empresas do estado do Rio de Janeiro. Foram pesquisados os relatórios de sustentabilidade e outras fontes publicadas oficialmente por 97 empresas do estado e os resultados revelaram um quadro de baixo alinhamento do setor privado com os ODS, além de um padrão de atuação mais concentrada na declaração de compromissos e nos relatos em formatos internacionalmente reconhecidos, porém menos consistente nas dimensões de priorização, metas e integração dos ODS nas atividades empresariais. Com o prazo cada vez mais próximo, é preciso explorar o potencial e acelerar o envolvimento das empresas como forma de alavancar a consecução da Agenda 2030 dos ODS.

*Palavras-chave:* objetivos de desenvolvimento sustentável; sustentabilidade; negócios.

---

**ABSTRACT:** The paper presents a proposal for an indicator to analyze business alignment with the Sustainable Development Goals (SDGs). The theoretical framework is based on the expression of the current social and environmental crisis as a context for both the emergence of global sustainable development agendas and the questioning of the companies' role in this process. The research, of an exploratory and descriptive nature, resorted to bibliographic review and documentary research as methods. The SDG Compass tool was the main technical reference for creating the indicator to assess alignment with the SDGs, which was applied to a sample of companies in the state of Rio de Janeiro. Sustainability reports and other sources officially published by 97 companies in the state were researched and the results revealed a panorama of low alignment of the private sector with the SDGs, in addition to a pattern of action more concentrated on declaration of commitments and reporting in recognized international formats, but less consistent in the dimensions of prioritization, goals and integration of the SDGs in business activities. With the deadline approaching, it is necessary to explore the companies' potential and accelerate their involvement as a way to leverage achievement of the 2030 Agenda in terms of the SDGs.

*Keywords:* sustainable development goals; sustainability; business.

## 1. Introdução

O presente artigo se concentra no debate sobre a atuação empresarial nas agendas globais de desenvolvimento sustentável, tendo como contexto a intensificação dos desafios sociais e ambientais nas últimas décadas. Com base em uma perspectiva crítica, os fatores inerentes ao contexto de crise e as estratégias internacionais de mobilização coletiva são explorados como elementos que desafiam o papel e a responsabilidade das empresas como grandes agentes de transformação e impacto. Como contribuição, o trabalho apresenta uma proposta de indicador para avaliação do alinhamento empresarial à luz da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao entrarmos na terceira década do século XXI e considerando a seriedade e complexidade da crise social e ambiental, caracterizadas em grande medida por questões como as profundas desigualdades socioeconômicas e pelas mudanças climáticas (Latour, 2017; Pinto *et al.*, 2020), faz-se cada vez mais necessária a busca por caminhos e

soluções. Em 2020, a pandemia do coronavírus se impôs, em parte, como consequência dos padrões insustentáveis da civilização no contexto do capitalismo neoliberal, agravando os problemas já existentes e expondo a vulnerabilidade das instituições em prever e reagir a emergências (Santos, 2021).

Os ODS consolidam os desafios mais urgentes da humanidade e os esforços para seu alcance também foram afetados negativamente pela pandemia, aumentando a urgência de acelerar as ações de transformação alinhadas a objetivos comuns em uma abordagem integrada (UNDP, 2021). Assume-se, portanto, como ponto de partida para o debate o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, lançado pela ONU em 2015 e baseado em 17 “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que devem ser alcançados por todos os países signatários (ONU, 2015).

Este artigo visa enfatizar o papel do setor privado na consecução da Agenda 2030. Tal enfoque é importante: por um lado, a conjunção

---

entre o impacto desproporcional causado pela atuação das empresas e o montante de recursos que poderiam direcionar para os ODS demanda um engajamento sério desse setor; por outro, a conjunção entre a (ainda) inexistência de mecanismos vinculantes exigindo das empresas o compromisso com os ODS e a pressão crescente da sociedade por tal engajamento tornam este setor um foco fundamental de análise.

A amplitude e complexidade da Agenda 2030 demandam que se realizem estudos e pesquisas para investigar como os ODS estão sendo implementados em territórios específicos, considerando-se suas características sociais, econômicas, políticas e ambientais. O território escolhido neste artigo é o estado do Rio de Janeiro (ERJ), que nos parece particularmente interessante em dois sentidos. Por um lado, o ERJ é uma das mais expressivas economias nacionais e sua capital sediou a ECO 92 e a Rio+20, eventos em que foram dados importantes passos para a construção global de uma agenda de sustentabilidade que culminou exatamente na Agenda 2030. Por outro, o ERJ tem sido palco de graves crises políticas, econômicas e ambientais que colocam desafios adicionais e comprometem o desempenho no alcance dos ODS (SDSN, 2021).

O objetivo central deste artigo é avaliar o alinhamento do setor privado fluminense na consecução da Agenda 2030, tomando como contexto o cenário de crise social e ambiental e a relevância da atuação das empresas para alcance das metas dos ODS (ONU, 2015).

A pesquisa empregou como métodos a revisão bibliográfica, reforçada por um breve estudo bibliométrico, a pesquisa documental, que se concentrou nos relatos de sustentabilidade

publicados pelas 97 empresas de grande porte ou com perfil de atuação em sustentabilidade selecionadas na amostra, e a construção e aplicação de um indicador de alinhamento aos ODS na atuação empresarial em sustentabilidade, desenvolvido com base na ferramenta *SDG Compass* (GRI *et al.*, 2015).

O artigo se estrutura inicialmente pela fundamentação teórica, partindo da exploração da crise social e ambiental e suas causas, passando pelas diretrizes e agendas globais de desenvolvimento sustentável, inclusive com o panorama no Brasil e no ERJ, e avançando para discutir o papel das empresas nessas agendas e as ferramentas de apoio disponíveis. Em seguida, são descritos todos os métodos empregados e sua aplicação nas informações coletadas e os resultados são analisados e discutidos à luz do referencial teórico. A última seção é dedicada às considerações finais.

## ***2. Fundamentação teórica***

### ***2.1. Uma controversa jornada rumo ao precipício***

A humanidade chegou ao século XXI em um acelerado processo de desenvolvimento, em grande medida representado pelo avanço tecnológico no contexto do capitalismo industrial globalizado, que vem transformando significativamente as relações sociais e com a natureza. Como consequência, os impactos sociais e ambientais se intensificaram ao ponto de afetar o planeta também em escala global. Atualmente, é expressiva a corrente dos que acreditam que a atividade humana é a principal

---

força de transformação atuante na natureza, sobretudo a partir de 1950, quando o consumo de matéria e energia alcançou proporções sem precedentes, causando crescente pressão sobre os sistemas naturais e humanos (Crutzen & Stoermer, 2000; Steffen *et al.*, 2011).

O ideal moderno de desenvolvimento é o paradigma central desta dinâmica que preconiza, entre outros fatores, a separação entre homem e natureza, o materialismo e o crescimento ilimitado (Leff, 2010; Capra & Luisi, 2014; Latour, 2017; Veiga, 2017; Krenak, 2019; Pinto *et al.*, 2020).

A relação de separação entre homem e natureza vem sendo questionada e apontada como causa de grandes desafios da humanidade. Evocando a teoria de Gaia, Latour (2017) acredita que as crises sociais e ecológicas são constantes avisos de que o homem pertence à natureza e, portanto, não deveria dela se apartar, sob pena de inviabilização da própria humanidade. Nas palavras do autor,

o gelo está derretendo mais rápido, as espécies estão desaparecendo em um ritmo mais rápido do que os processos majestosos da política, da consciência, da sensibilidade estão progredindo. O universo eterno das coisas? Não devemos mais contar com isso! (Latour, 2017, p. 108-109).

Acselrad (2004) sustenta que “todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera” (Acselrad, 2004, p. 2). Na visão de Acselrad, é justamente no caráter indissociável do binômio “*sociedade-*

*meio ambiente*” que repousa a compreensão de que as sociedades se sustentam por dinâmicas socioecológicas. Na mesma direção, Krenak (2019) relaciona o cenário de crise socioambiental com os fundamentos da própria noção de humanidade, que de forma ilusória considera a paisagem natural como algo fixo que sempre existirá para atender aos anseios dos homens e afirma: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (Krenak, 2019, p. 16 e 17).

Como desdobramento da relação distanciada com a natureza, o materialismo é apontado por Leff (2010) como parte elementar da racionalidade científica-tecnológica-econômica da modernidade, a partir de uma perspectiva mecanicista que reproduz a dinâmica de objetificação e homogeneização e que se converte em processos de produção e consumo desenfreados e insustentáveis, sem incorporar os reais custos dos recursos naturais no valor econômico de produtos e serviços.

Adicionalmente, o paradigma do crescimento ilimitado tem impulsionado os impactos das ações humanas a níveis sem precedentes na história. Capra & Luisi (2014) destacam três tipos de crescimento capazes de gerar profundos impactos negativos: os crescimentos econômico e das corporações, que são inerentes ao *modus operandi* do capitalismo e de maneira geral estão relacionados ao excesso de consumo e desperdício, e o crescimento populacional, que aumenta a pobreza e a desigualdade. Para os autores, juntas estas vertentes do crescimento ilimitado engendram um ciclo de *feedback* autoamplificador que expande indefinidamente todos os elementos

---

do processo de crescimento.

Os elementos que caracterizam o desenvolvimento na modernidade são, portanto, contraditórios aos anseios do desenvolvimento sustentável que exige justiça social e ambiental com adaptação responsável diante das complexidades e riscos. Assim, os objetivos de sustentabilidade e a democratização das decisões sobre atividades que afetam a coletividade ainda estão distantes de serem alcançados, o que se evidencia pelos riscos sociais e ambientais diferenciados a que estão sujeitas as populações com menor poder econômico e político (Acselrad *et al.*, 2009; Veiga, 2017).

As linhas de pensamento críticas ao modelo de desenvolvimento tradicional argumentam que a verdadeira prosperidade se viabilizará pela urgente reconciliação entre o homem e seu meio natural, pelo abandono da compulsão materialista, bem como da ilusão de que é possível crescer indefinidamente e a qualquer custo. Diante dos profundos e sistêmicos efeitos da crise social e ambiental, somente uma abordagem holística, verdadeiramente coletiva e que reconheça os limites já ultrapassados pode resolver o “curto-circuito entre a natureza, de um lado, e as massas humanas, do outro” (Latour, 1994, p. 54), reintegrando as dimensões em uma nova e ampla visão que impulse a humanidade para além da experiência fragmentada e degradante do desenvolvimento moderno.

## 2.2. Esforços de reação global

A preocupação com os crescentes efeitos sociais e ambientais da atividade humana se

tornou mais evidente a partir da segunda metade do século XX. O relatório divulgado pelo Clube de Roma na década de 1970, intitulado “Os Limites do Crescimento” (Meadows *et al.*, 1973), é considerado uma das primeiras manifestações mais estruturadas e de alcance mundial sobre a discussão da relação do crescimento econômico com o esgotamento de recursos naturais e a degradação social. A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, e o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, reforçaram o discurso de preocupação sobre o futuro do planeta e disseminaram o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987), que, desde então, norteia as discussões sobre sustentabilidade (Theodoro, 2011).

A conferência da ONU conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, foi determinante como chamado à cooperação e à responsabilidade de todos os países na luta pelo desenvolvimento sustentável. O sentimento de cooperação que predominava no início da década de 1990 foi, entretanto, perdendo força. Nas reuniões de líderes globais que se seguiram, como a Rio + 10, na África do Sul, e a Rio + 20 e, mesmo nas tentativas de acordos multilaterais como os que tratam da questão climática, por exemplo, o que se viu foi um frustrante aumento da perspectiva utilitarista de submissão dos recursos naturais e sociais ao desenvolvimento econômico (Boff, 2012).

Procurando aumentar o engajamento da comunidade global, a ONU adotou a partir dos

---

anos 2000, com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a estratégia de construção de agendas globais que endereçam objetivos e metas fomentando a cooperação global para enfrentamento dos principais desafios da atualidade. Vencido o prazo de 15 anos dos ODM, a Cúpula das Nações, realizada em 2015, oficializou a adoção da Agenda 2030 e dos ODS por todos os países-membros da ONU. O documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” consolida as diretrizes que nortearam a construção da Agenda e a ambição da comunidade global frente aos desafios sociais, ambientais e econômicos (ONU, 2015).

Os ODS são, portanto, o mais recente desdobramento de iniciativas globais que vem sendo lideradas pela ONU nas últimas décadas. Muito embora os ODS estejam conectados a uma narrativa mais ampla de alinhamento mundial pelo desenvolvimento sustentável, sua estrutura em 17 objetivos, 169 metas e mais de 200 indicadores se propõe a materializar e sistematizar os desafios da humanidade da forma mais abrangente já feita até hoje. Além disso, diferente de iniciativas anteriores, a convocação para alinhamento engloba todos os setores da sociedade, estimulando a participação de governos, empresas e sociedade, sempre na perspectiva de cooperação (ONU, 2015).

O alinhamento dos esforços globais, como pretendem os ODS, devem ser mediados pelas metas e indicadores que representam o consenso sobre quais as medidas mais urgentes precisam ser adotadas para reversão dos quadros de pobreza, desigualdade, degradação ambiental e instabilidade econômica (Veiga, 2017). Mesmo sob críticas por não romper com os paradigmas

do desenvolvimento moderno, os ODS são a linguagem global atualmente vigente para o desenvolvimento sustentável.

Muito embora sejam objetivos globais, as transformações precisam ocorrer em nível local, motivo pelo qual cada país é orientado a adaptar as metas e indicadores para sua realidade, a fim de atuar em seus desafios específicos (ONU, 2015). O Brasil iniciou seu processo de internalização em 2017 quando foi criada a Comissão Nacional dos ODS (CNOODS), que estruturou uma proposta de governança nacional para a Agenda 2030 com a participação de diversas instituições relevantes e prevendo a criação de comitês para debate e coordenação de ações referentes a cada um dos 17 ODS. Em 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) iniciou o trabalho de adequação das metas à realidade brasileira e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou uma plataforma digital para monitoramento dos indicadores (IPEA, 2018; IBGE, 2018).

A mudança de gestão no governo federal em 2019 trouxe modificações no alinhamento público do Brasil aos ODS. Uma sinalização clara da mudança foi o veto presidencial ao Inciso VII, do artigo 3º, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. O dispositivo vetado previa a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Brasil, 2019).

O SDG Index 2019 aponta que o Brasil não alcançará 15 dos 17 ODS se permanecer no ritmo atual. Além disso, não atingiremos as metas em mais da metade dos indicadores priorizados pelo estudo (Sachs *et al.*, 2019). O relatório “Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030” chama a atenção

para o fato de que o governo federal retrocedeu drasticamente a governança democrática com a assinatura do Decreto 9.759/2019, que extinguiu comitês e comissões federais com presença de representantes da sociedade civil, incluindo a CNODS (GTSC, 2020).

No caso específico do ERJ, a conjuntura de crise política e econômica dos últimos anos torna o cenário bastante desafiador e os horizontes de alcance dos ODS são pouco promissores.

Elaborado a partir de mais de 80 indicadores relacionados às metas dos ODS, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades no Brasil (IDSC-BR) atribui uma pontuação para cada cidade, estimulando o monitoramento do cumprimento dos ODS. Mais de 700 municípios já foram incluídos no Índice, sendo 25 do estado do Rio de Janeiro. A Figura 1 indica o IDSC da capital (SDSN, 2021).



FIGURA 1 – Desempenho do município do Rio de Janeiro, Brasil, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

FONTE: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, IDSC-Brasil.

---

O município do Rio de Janeiro, com IDSC de 57,3/100 e na posição 270º na classificação entre 770 cidades, apresenta resultados que refletem grandes desafios em pelo menos seis dos ODS. Os indicadores estão bem abaixo das metas em saúde, educação, igualdade de gênero, desigualdades, comunidades sustentáveis e em paz, justiça e instituições fortalecidas. Os indicadores relacionados à alimentação, trabalho e vida na terra também são pontos de grande atenção no município (SDSN, 2021).

O desempenho preocupante da capital sugere um cenário negativo no alcance dos ODS no ERJ. O estado não possui uma governança que estimule e coordene ações dos setores da sociedade para alcance das metas e não possui um planejamento estruturado que alinhe políticas públicas com os ODS. Como sinalização positiva, o Governo do Estado se tornou signatário do Pacto Global em dezembro de 2019, conforme informado em seu site oficial.

### *2.3. Atuação empresarial e o desenvolvimento sustentável*

O documento oficial que lança a Agenda 2030 destaca que as empresas têm um papel fundamental para os ODS, uma vez que são agentes de transformação social e podem alavancar expressivamente o alcance das metas (ONU, 2015). Atualmente muitas empresas possuem capital maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) de nações e são por vezes mais poderosas que governos, tendo grande influência nas decisões coletivas de desenvolvimento. É consenso que essa dinâmica vem modificando a percepção

sobre o papel das empresas na sociedade, seja pela perspectiva de sua função social ou pelo olhar dos impactos negativos gerados por suas atividades (Oliveira, 2014; Chomsky, 2017; Mello e Mello, 2018).

Em face a essas transformações, as empresas são impelidas a considerar, além de resultados financeiros, os valores humanos e ambientais e a orientar seus negócios para o bem-estar social. De acordo com Tachizawa (2008, p. 3),

a expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa às organizações, induzem a um novo posicionamento dos empresários e executivos em face de tais questões.

Assim, as empresas são protagonistas no processo de transformação da realidade social e são pressionadas a rever suas estratégias, práticas e valores à luz dos conceitos de responsabilidade social e sustentabilidade.

É importante reconhecer, contudo, que as condições para uma efetiva reconciliação entre o econômico e o social são próprias de um processo de inversão histórica no qual o econômico retorna à sua função de meio para servir ao social, deslocando-se da posição de fim em si mesmo. Trata-se de determinar o econômico pelo social, já que a racionalidade convencional do mercado pressupõe exatamente o oposto. O desafio é grande e, no limite, é possível que haja uma justaposição das duas variáveis que podem melhor se harmonizar por meio de novas formas de instituir o econômico (França Filho *et al.*, 2020).

Seja pelo emergir de uma nova consciência social ou pela perspectiva de mitigação de riscos,

---

a sustentabilidade passou a integrar o rol de dimensões a serem consideradas no processo decisório. A incorporação do conceito foi orientada principalmente pela teoria do *Triple Bottom Line* de equilíbrio de três pilares - social, ambiental e econômico (Elkington, 1997). Na visão do autor,

recusar o desafio imposto pelos três pilares é correr o risco de extinção. Este assunto não diz respeito só às grandes corporações: estas serão forçadas a repassar a pressão, por meio da cadeia de fornecimento, para seus grandes e pequenos fornecedores e empreiteiros (Elkington, 1997, p. 33).

As mudanças de perspectiva sobre a atuação social das empresas podem ser observadas no surgimento de abordagens de negócios mais convergentes com as agendas da sustentabilidade, dentre os quais destacam-se a ideia de Licença Social para Operar (LSO), que compreende a interlocução e o alinhamento dos públicos impactados pela atuação empresarial visando à obtenção de concordância da comunidade sobre a presença da empresa no território (Thomson & Boutilier, 2011; Santiago, 2016); o conceito de Criação de Valor Compartilhado (CVC), apresentado como potencial para redefinição do capitalismo, é uma proposta de gestão cujo eixo principal relaciona a competitividade de uma empresa com o bem-estar das comunidades em seu entorno (Porter & Kramer, 2011); e os Negócios de Impacto, iniciativas empresariais viáveis economicamente que ao mesmo tempo contribuem para resolver ou minimizar problemas sociais e ambientais, podendo ou não distribuir lucros (Yunus, 2008).

Ao longo das últimas décadas também foram

desenvolvidas diversas referências para atuação sustentável das organizações como diretrizes internacionais como os Princípios do Equador, os Princípios do Pacto Global e outras declarações da ONU, as normas ISO 14000, no aspecto ambiental, e ISO 26000 para o social, além de ferramentas para a sustentabilidade, como o padrão de relato da *Global Reporting Initiative* (GRI) e os Indicadores *Ethos* no Brasil (Barbieri & Cajazeira, 2016).

A difusão destas ferramentas reflete a relevância da adoção de indicadores nas estratégias de gestão da sustentabilidade empresarial. Muito embora a relevância e utilização de indicadores econômicos, sociais e ambientais ainda sejam diferenciadas, as abordagens para a sustentabilidade precisam ser holísticas e multidimensionais (Amato Neto, 2011). Diretrizes como as ISO 14000 e 26000 e ferramentas como o GRI e os Indicadores *Ethos* oferecem *frameworks* integrados que reúnem indicadores materiais para a atuação empresarial em prol do desenvolvimento sustentável. Estes sistemas podem tanto indicar o progresso em direção a objetivos de sustentabilidade quanto apontar as tendências e o perfil de engajamento nas agendas sociais, ambientais e econômicas (Bellen, 2006).

Diversas outras diretrizes e ferramentas estão disponíveis para utilização e oferecem suporte para diagnóstico, planejamento, implementação e reporte de resultados, possibilitando uma abordagem metodológica e estratégica para aprimoramento das práticas sustentáveis (Louette, 2007; Dias *et al.*, 2008; NEXT, 2011; GRI *et al.*, 2015; UNDP, 2021). Da mesma forma, métodos e ferramentas já amplamente utilizados na gestão empresarial, como ciclo PDCA, fluxogramas, diagramas e matrizes, podem ser conjugados

---

como suporte adicional na identificação, análise e tomada de decisão quanto às circunstâncias sociais e ambientais e seus impactos das atividades de uma organização (Zarpelon, 2006).

Seja pela competitividade ou pelo risco, a gestão de impactos se impõe como dimensão crítica para as estratégias de gestão empresarial, sobretudo de grandes empresas. As ferramentas de sustentabilidade podem auxiliar nesse processo, tanto nas atividades do negócio quanto na gestão de cadeias de valor. Muñoz-Torres *et al.* (2018) reforçam que a gestão da sustentabilidade nas empresas exige que se identifique, avalie e gerencie os impactos de todos os fornecedores e ressaltam o papel fundamental de liderança das empresas de maior porte, já que suas decisões de sustentabilidade podem influenciar fortemente o comportamento das companhias que integram sua cadeia de fornecimento.

Mais recentemente, há um crescente uso da sigla ESG – *environmental, social and governance*, tanto por empresas como por investidores que vêm incorporando os aspectos sociais, ambientais e de governança como critérios em suas estratégias e avaliações de investimentos (Betti *et al.*, 2018). Além disso, nas últimas décadas houve um fortalecimento de índices de sustentabilidade como o *Dow Jones* nos Estados Unidos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) no Brasil como referências na relação de investimento e desempenho em sustentabilidade (Oliveira, 2008).

A tendência de negócios mais sustentáveis ganhou ampla expressão com a carta aberta divulgada por uma das maiores instituições de gestão de ativos financeiros do mundo, comunicando a adoção de uma postura cada vez menos tolerante às práticas insustentáveis e que,

portanto, estão mais propensos a votar contra administrações de empresas que não estejam avançando nas práticas e relatos sobre as agendas de sustentabilidade (Blackrock, 2020).

Neste sentido, os ODS são direcionadores para o estabelecimento de estratégias de gestão sustentável, sendo um mecanismo efetivo para manutenção de licença social para operar e um framework de comunicação com os públicos de interesse. O alinhamento empresarial aos ODS pode liderar o crescimento de mercados, ao passo que contribui para o estabelecimento de ambientes de negócio estáveis e promissores com o surgimento de novas oportunidades e redução de riscos para as empresas (Verboven & Vanherck, 2016).

A Agenda 2030 dos ODS enfatiza a importância da integração das estratégias de sustentabilidade empresarial com os objetivos e metas de desenvolvimento, a fim de que as mudanças necessárias sejam intensificadas (ONU, 2015). Além disso, como os problemas se efetivam em escala global, é fundamental que haja coordenação e alinhamento de esforços orientados por objetivos comuns como os ODS, por diretrizes e princípios norteadores das políticas e boas práticas e por ferramentas de suporte que impulsionem e nivelem o fluxo de migração para modelos mais sustentáveis de atuação (GRI *et al.*, 2015).

Nessa direção, a ONU vem desenvolvendo metodologias para fomentar a efetiva integração nas estratégias organizacionais das questões sociais e ambientais, contempladas nos ODS. Além de princípios e iniciativas de alinhamento para o setor privado, a ONU desenvolve e dissemina estudos, ferramentas e metodologias para suporte às empresas que buscam o alinhamento do negócio

---

aos ODS. Uma das primeiras ferramentas lançadas é o *SDG Compass* (GRI *et al.*, 2015), elaborada em parceria com a GRI e o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). A ferramenta é um guia que propõe cinco etapas para implementação dos ODS na estratégia de negócio: internalização, priorização, definição de metas, integração nos processos e reporte de avanços. Para cada etapa, um conjunto de ações é recomendado.

O *SDG Compass* incentiva que as empresas considerem os ODS como oportunidade de novos negócios, acesso a recursos e gestão de riscos e fornece exemplos de princípios e modelos de gestão que podem ser referências para o alinhamento com a Agenda 2030 dos ODS. Além de fortalecer as estratégias ESG, a integração dos ODS como orientada na metodologia *SDG Compass* tem o potencial de gerar benefícios como oportunidades de negócio, aumento de valor corporativo, fortalecimento de relações de parceria, estabilização de mercados e comunidades e compartilhamento de finalidade e linguagem unificada com a sociedade (GRI *et al.*, 2015).

### 3. Métodos

O estudo do alinhamento das ações de sustentabilidade das empresas com os ODS é de grande relevância, sendo o ponto central que motiva a pesquisa e orienta a escolha dos métodos empregados. De predominância qualitativa, o trabalho tem caráter descritivo e exploratório. Visando compor o referencial teórico, foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases *Scopus* e *Web of Science* com as palavras-chave da

pesquisa. A escolha das bases se deu pelo perfil interdisciplinar e expressiva quantidade de artigos disponíveis, além da ampla abrangência de áreas de conhecimento indexadas. Empregou-se também o método de pesquisa documental, uma vez que foram consultados relatórios oficiais divulgados pelas empresas da amostra (Vergara, 2009; Gray, 2012). Um indicador de alinhamento aos ODS foi elaborado pelos autores a partir da ferramenta *SDG Compass* (GRI *et al.*, 2015), como método para viabilizar a identificação, avaliação e comparação de padrões de alinhamento aos ODS nas empresas selecionadas.

O percurso metodológico para alcance dos objetivos da pesquisa compreende três etapas principais:

- (1) a realização de pesquisa bibliográfica para compor a fundamentação teórica e também para compreender a dinâmica da produção acadêmica sobre os ODS;
- (2) a construção do indicador de alinhamento, que utiliza como base a estrutura metodológica do *SDG Compass*; e
- (3) pesquisa documental e aplicação do indicador em uma amostra de empresas com atuação no ERJ.

Os resultados obtidos para o grupo pesquisado são analisados à luz do referencial teórico, a fim de avaliar o perfil de alinhamento das empresas fluminenses nos ODS.

#### 3.1. Pesquisa bibliográfica e produção acadêmica em ODS

TABELA 1 – Resultados da pesquisa bibliométrica nas bases *Scopus* e *Web of Science*.

Pesquisa Booleana	Filtros de Busca	Scopus	Web of Science
“Sustainable Development Goal?”		6.258	5.854
“Sustainable Development Goal?” AND “compan*” OR “business” OR “ESG”	Artigo   2015-2021	749	773

FONTE: elaborado pelos autores, 2020.

A pesquisa bibliográfica buscou referências em livros, sites, publicações e artigos para estruturar a fundamentação teórica e subsidiar os objetivos do estudo. Nesse ponto, vale ressaltar que a literatura sobre os ODS ainda está em expansão e trabalhos como este são relevantes para contribuir com o conhecimento sobre a integração da Agenda na prática, o que reforça o reconhecimento da importância do papel da academia na Agenda 2030 (ONU, 2015). O contexto acadêmico e científico é fundamental para geração e transmissão de conhecimento, formação de profissionais e lideranças, produção de informação para monitoramento e avaliação, além de serem celeiros de inovação e desenvolvimento de soluções para os maiores e mais complexos desafios da humanidade (Purcell *et al.*, 2019; SDSN, 2020), o que torna a produção acadêmica um importante indicador para avaliar o avanço dos ODS.

Nesse sentido, foi realizada uma breve pesquisa bibliométrica que resultou em mais de 5 mil artigos indexados nas bases *Scopus* e *Web of Science*, a partir da busca com as palavras-chave da pesquisa e termos correlatos (Tabela 1). As bases apontam para o crescimento de estudos já a partir de 2015, ano de lançamento dos ODS pela ONU, o que indica a relevância do tema para as instituições de pesquisa. Há, entretanto, que se considerar a distribuição dos estudos pelos diversos países e regiões do mundo. Para este fim,

utilizou-se o software *Vosviewer*, uma ferramenta capaz de gerar mapas de redes bibliométricas a partir de arquivos de buscas feitas nas bases de publicações científicas.

As bases pesquisadas demonstram que os países que mais produziram artigos científicos foram os Estados Unidos e a Inglaterra, seguidos, não tão de perto, por Austrália, Alemanha e Canadá (Figura 2). O Brasil é o único representante da América do Sul dentre as 15 nações que mais publicaram pesquisas sobre ODS, liderando, portanto, o ranking sul-americano. Se comparado aos BRICS, o Brasil só supera a Rússia. A Figura 2 indica, ainda, que a China e a Europa se destacam na pesquisa científica mais recente sobre os ODS.

No que se refere às áreas de concentração dos trabalhos publicados, a pesquisa apontou que as produções estão concentradas principalmente nas áreas de ciências sociais e ambientais, seguidas pelas ciências médicas. As áreas relacionadas à economia e gestão estão representadas por aproximadamente 10% das publicações. Esses dados sugerem que, apesar da crescente produção de artigos sobre os ODS desde 2015, a produção acadêmica sobre o tema ainda é restrita em países menos desenvolvidos onde os desafios socioambientais são tão expressivos. Fica evidente também o reduzido número de estudos sobre ODS focados na relação das empresas com a Agenda 2030.

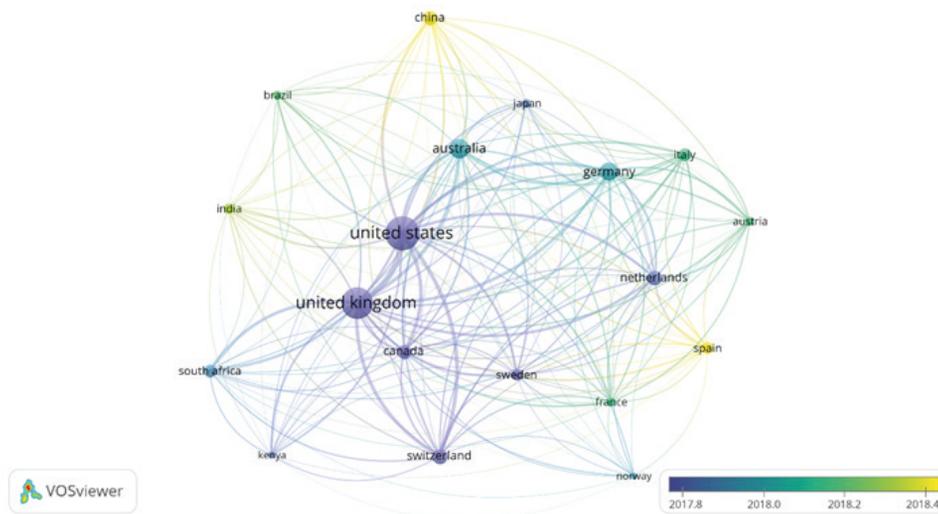


FIGURA 2 – Distribuição global da produção acadêmica sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

FONTE: Elaborado pelos autores com o software Vosviewer, 2020

### 3.2. Construção do indicador de alinhamento empresarial aos ODS

Os indicadores de sustentabilidade e as ferramentas de avaliação são considerados meios para operacionalização das estratégias de implementação de ações para o desenvolvimento sustentável, já que são capazes de simplificar informações de fenômenos complexos, além de tornar mais evidente a relevância de aspectos essenciais (Bellen, 2006).

Diante deste entendimento, o presente artigo apresenta uma proposta de indicador elaborado pelos autores para avaliar como as empresas estão se alinhando aos ODS em suas ações de sustentabilidade. A escolha por construir um indicador se dá por sua finalidade de traduzir de maneira mensurável ou descritível as características de um

determinado objeto de análise. São utilizados na identificação de padrões e tendências, sendo ferramentas fundamentais tanto para políticas públicas como para estratégias corporativas. Muitas propriedades são atribuídas aos indicadores dentre as quais destacam-se a utilidade, aqui evidenciada pela importância em se avaliar o alinhamento empresarial aos ODS; a validade, fundamentada no método do *SDG Compass* e nas evidências extraídas de fontes oficiais confiáveis; e a simplicidade, expressa na objetividade do sistema de pontuação e cálculo do indicador (Ferreira *et al.*, 2007; Jannuzzi, 2014).

A construção do indicador se baseia na metodologia *SDG Compass*, elaborada e recomendada pela ONU, em parceria com a GRI e o WB-CSD, como guia para implementação dos ODS nas empresas. O indicador é estruturado a partir das cinco etapas e respectivas ações recomendadas

na metodologia, sendo calculado em um sistema básico de pontuação para ações empresariais identificadas que atendam aos critérios da ferramenta.

A Tabela 2 apresenta as etapas com suas ações correspondentes e respectivas descrições, associadas à pontuação para composição do indicador.

TABELA 2 – Parâmetros para o Indicador de Alinhamento Empresarial aos ODS por etapa da ferramenta *SDG Compass*.

<b>Etapas <i>SDG Compass</i></b>	<b>Ações</b>	<b>Pont.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fontes</b>
<b>1ª Entendendo os ODS</b>	<b>1.1</b> Internalização dos ODS	1,0	Relata ação de disseminação interna dos ODS.	Relatório Anual, de Sustentabilidade ou Integrado Comunicação de Progresso - Pacto Global Site oficial
	<b>1.2</b> Compromisso formal da alta gestão	1,0	É signatária do Pacto Global ou a alta gestão faz referência formal à Agenda 2030 dos ODS.	
<b>2ª Definindo prioridades</b>	<b>2.1</b> Impactos da operação e cadeia de valor	1,0	Reporta impactos positivos e negativos, mapeando a cadeia de valor e utilizando metodologias de apoio.	
	<b>2.2</b> Prioridades, indicadores e coleta de dados	1,0	Prioriza ações, apresenta indicadores e coleta dados para mensuração.	
<b>3ª Estabelecendo metas</b>	<b>3.1</b> Metas, indicadores e linhas de base	1,0	Estabelece metas com indicadores estratégicos e linhas de base.	
	<b>3.2</b> Anúncio de compromisso com metas dos ODS	1,0	Declara compromisso com o atingimento de metas baseadas nos ODS.	
<b>4ª Integração</b>	<b>4.1</b> Incorporação da sustentabilidade	1,0	Sinaliza utilização de ferramentas de gestão ou define metas de remuneração com base no desempenho em sustentabilidade.	
	<b>4.2</b> Alinhamento com parcerias	1,0	Informa o estabelecimento de parcerias na cadeia de valor ou no contexto externo, seja com concorrentes, governos, sociedade civil ou 3º setor.	
<b>5ª Relato e comunicação</b>	<b>5.1</b> Relato e comunicação efetiva	1,0	Divulga relatório em formatos internacionalmente reconhecidos.	
	<b>5.2</b> Comunicação do desempenho com os ODS	1,0	Alinha as informações divulgadas com o contexto e linguagem dos ODS.	

FONTE: elaborado pelos autores, 2020.

A cada uma das cinco etapas correspondem duas ações propostas, totalizando dez ações às quais atribui-se o mesmo peso, já que o *SDG Compass* trata todas as etapas como elementares sem diferenciar a relevância entre nenhuma das ações propostas na metodologia. A pontuação é conferida a uma determinada ação mediante a verificação de ao menos um relato de ação correspondente nas fontes pesquisadas. Considerando o objetivo de avaliar o alinhamento aos ODS, assume-se como critério que a pontuação somente é atribuída se houver menção explícita à Agenda 2030 ou a qualquer um dos dezessete objetivos na descrição de uma determinada ação. A menção explícita aos ODS é importante no sentido de comprovar que a empresa tem conhecimento da Agenda e declara ter levado os ODS em consideração para realizar ações em sustentabilidade. Além disso, a fórmula foi elaborada para subtrair meio ponto para cada etapa não sequencial identificada, uma vez que a metodologia do *SDG Compass* é estruturada em passos sequenciais para implementação dos ODS na estratégia de uma organização, sendo evidente a relevância do encadeamento sequencial das etapas (GRI *et al.*, 2015).

O indicador não avalia a quantidade ou qualidade das ações relatadas e, portanto, não pode ser empregado para medição de desempenho ou impacto das ações relatadas, o que demandaria o acesso a informações além daquelas usualmente declaradas em relatórios. Enfatiza-se, portanto, o objetivo expresso do indicador de refletir o alinhamento aos ODS no nível das etapas do *SDG Compass*, permitindo a comparação mesmo entre empresas de setores distintos. O indicador aponta maior alinhamento aos ODS quanto mais próximo de um for o resultado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$I_{ODS} = \frac{\sum AI - (\sum ENS / 2)}{\sum SDG}$$

Onde,

$I_{ODS}$ : Indicador de alinhamento ODS.

$\sum AI$ = Somatório de ações do *SDG Compass* identificadas.

$\sum ENS$  = Etapas não sequenciais identificadas.

$\sum SDG$ = Total de ações do *SDG Compass*.

Para fins de classificação do nível de alinhamento, é proposta uma escala com quatro grupos de acordo com a pontuação do indicador, sendo:

$I_{ODS}= 0$	Sem alinhamento
$I_{ODS}= 0,05$ a $0,49$	Alinhamento baixo
$I_{ODS}= 0,50$ a $0,69$	Alinhamento médio
$I_{ODS}= 0,70$ a $1$	Alinhamento Alto

A construção do indicador foi orientada para uma avaliação objetiva capaz de fornecer de forma simplificada um referencial amplo de alinhamento das estratégias de sustentabilidade empresariais e a Agenda 2030 dos ODS. Devido a este perfil, depreende-se a possibilidade de que o indicador possa ser adaptado para a avaliação de alinhamento de organizações de outros setores da sociedade, apenas alterando as características das ações correspondentes para refletir a natureza de atuação de cada organização, mantendo fixas as etapas previstas no *SDG Compass*.

### 3.3. Pesquisa documental e aplicação de indicador de alinhamento das empresas fluminenses aos ODS

---

A pesquisa se concentrou em empresas de grande porte com sede no estado do Rio de Janeiro para acesso aos relatórios de sustentabilidade ou outras fontes oficiais disponíveis e posterior aplicação do indicador de alinhamento para análise dos resultados e compreensão da dinâmica de alinhamento do setor privado fluminense com os objetivos da Agenda 2030. A escolha do Rio de Janeiro se justifica por sua expressividade econômica e potencial de desenvolvimento no cenário nacional, mas também por estar atravessando sucessivas crises que agravam os desafios econômicos, sociais e ambientais do estado. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro é referência mundial como sede de grandes encontros da ONU para o desenvolvimento sustentável, como a Rio 92 e mais recentemente a Rio+20 no qual o processo de construção da Agenda 2030 foi oficialmente lançado.

A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade emitidos pelas próprias empresas ou, quando não disponíveis, nos sites oficiais das corporações. Para cada empresa foi considerado o relatório mais recente publicado entre 2017 e 2019 disponível no site oficial. Na ausência de relatório de sustentabilidade ou documento similar disponível, foram incluídos na busca outros documentos como a comunicação de alinhamento (COE) aos Princípios do Pacto Global e também buscas nas seções institucionais dos sites oficiais das organizações na internet.

No total, 97 empresas foram selecionadas na amostra por atenderem a critérios de porte por faturamento e perfil de atuação em sustentabilidade. O critério de porte por faturamento foi determinado pela presença da empresa em pelo menos dois dos seguintes rankings: Guia Exame, Ranking 500 maiores empresas do Brasil 2019; Valor Econômico,

Ranking 1.000 maiores empresas do Brasil 2019; e Estadão, Ranking 1.500 maiores empresas do Brasil 2019. Além do porte, considerou-se também empresas com perfil de atuação em sustentabilidade, incluindo na amostra as empresas signatárias do Pacto Global da ONU e aquelas com presença na carteira ISE-B3 ao menos uma vez nos anos de 2017 a 2020. A empresa signatária do Pacto Global assume formalmente compromisso de internalização e promoção de seus princípios e das agendas de sustentabilidade da ONU. Da mesma forma, as companhias listadas na ISE-B3 são avaliadas e destacadas por seu desempenho em aspectos de sustentabilidade.

A definição dos critérios para seleção da amostra considerou o tamanho do negócio, já que as empresas de maior porte tendem a gerar maiores impactos e a ter potencialmente mais capacidade de investimento de recursos, além de serem as mais pressionadas para as agendas de sustentabilidade. Foi considerado também o perfil de atuação em sustentabilidade para contemplar aquelas empresas que, apesar de não constarem entre as maiores do estado, são reconhecidas como sustentáveis pelo ISE-B3 e aquelas que são signatárias do Pacto Global e que, portanto, se comprometem publicamente em seguir e promover os princípios do Pacto e as agendas de sustentabilidade da ONU.

A pesquisa nos relatórios de sustentabilidade buscou ações que pudessem ser relacionadas com aquelas previstas no *SDG Compass*. Na primeira etapa observou-se as ações de disseminação interna dos ODS, como campanhas e treinamentos para colaboradores relacionados com os objetivos, além da existência de algum tipo de menção formal da alta liderança sobre os ODS. Para a segunda e terceira etapas, procurou-se observar nos relatos o

uso de metodologias e ferramentas de avaliação de impactos com abrangência na cadeia de valor para priorização de objetivos, identificação de indicadores e definição de metas.

A quarta etapa se caracteriza por relatos de ações de integração dos ODS nas operações empresariais, como o estabelecimento de metas financeiras de desempenho social e ambiental para gestores ou investimentos diretos em mudanças no processo produtivo. Esta etapa também se refere aos compromissos públicos assumidos pelos ODS e à divulgação de ações realizadas em parcerias. Por fim, a quinta etapa foi avaliada à luz da própria forma de apresentação do relato de sustentabilidade, tendo como referência a utilização de padrões internacionais como o GRI e verificando se as ações relatadas estão sendo relacionadas com as metas dos ODS.

#### 4. Análise e discussão dos resultados

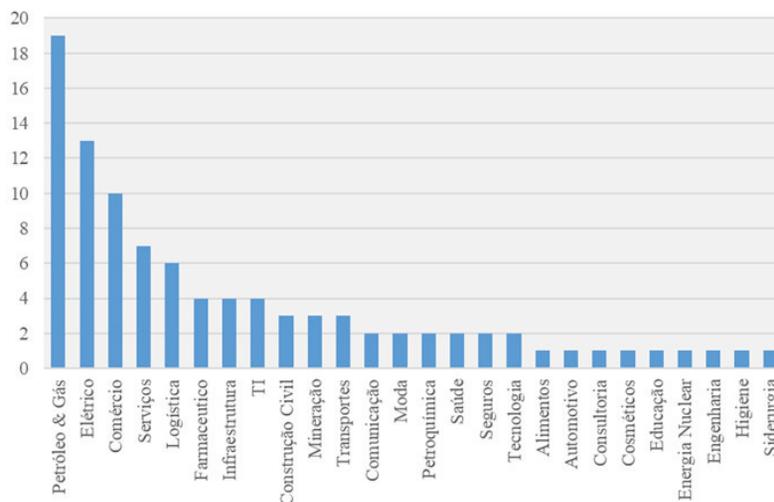


FIGURA 3 – Distribuição da amostra de empresas do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, por setor de atividade empresarial.

FONTE: elaborado pelos autores, 2020.

#### 4.1. Qualificação da amostra e coleta de dados

Como já mencionado, a amostra é formada principalmente por empresas de grande porte do ERJ e as informações foram coletadas prioritariamente em relatórios oficiais de sustentabilidade. Entretanto, em 37,1% dos casos não foram encontrados relatórios de sustentabilidade. Nesses casos, foram consultados os sites oficiais com foco nas seções de informações institucionais, procedimento que reduziu para 33% a proporção de organizações empresariais sem qualquer informação publicada sobre sustentabilidade.

A distribuição setorial (Figura 3) mostrou que, do total de empresas da amostra, as maiores representações são do setor de petróleo e gás, com 19,6%, e do setor de energia com 13,4%. Trata-se de setores majoritários na indústria fluminense que

---

concentram empresas de grande porte com complexas cadeias de fornecimento. Sendo consideradas de alto impacto, as empresas desses setores estão associadas a questões ambientais e sociais, como as emissões que afetam o clima no planeta e a geração de impactos em comunidades locais (Steffen *et al.*, 2011), por exemplo, o que torna crítico seu engajamento em agendas de desenvolvimento sustentável (Muñoz-Torres *et al.*, 2018).

A informação de que aproximadamente um terço da amostra sequer divulga informações sobre suas atuações com agendas sociais e ambientais é um indicativo de que a adesão empresarial aos ODS no ERJ é limitada e ainda insuficiente. A ausência de divulgação de informações sobre o desempenho em sustentabilidade remete a empresas que ainda consideram as dimensões socioambientais apenas como recursos de produção a explorar e operam com os paradigmas tradicionais do capitalismo e do desenvolvimento moderno, buscando crescer ilimitadamente e gerar o máximo lucro possível (Leff, 2010; Capra & Luisi, 2014; Veiga, 2017).

Os relatos corporativos são considerados de fundamental importância na comunicação com partes interessadas e estão amplamente presentes em estratégias consistentes de sustentabilidade empresarial (Barbieri & Cajazeira, 2016). Além disso, como já visto, é crescente a pressão acerca do desempenho do setor privado em questões de sustentabilidade, além do mercado financeiro que vem incorporando gradativamente critérios ESG em suas decisões de investimento e empréstimo (Tachizawa, 2008; Oliveira, 2014; Blackrock, 2020). A transparência é, portanto, um elemento primordial para o diálogo com públicos de interesse, notadamente as de grande porte e alto impacto, e a ausência desta prática em parte significativa da amostra sugere que

o cenário de atuação das empresas fluminenses em sustentabilidade ainda precisa ser fortalecido.

Por outro lado, os resultados apontam que 44,3% das empresas são signatárias do Pacto Global e se comprometem publicamente em considerar em sua atuação princípios relacionados aos Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Além disso, 22,7% das empresas constituíram institutos empresariais para atuação em projetos socioambientais. Esses aspectos são indicadores positivos para a perspectiva de alinhamento aos ODS, uma vez que sugerem estratégias estruturadas e orientadas por diretrizes globais nas empresas da amostra que disponibilizam relatos de sustentabilidade.

#### *4.2. Alinhamento empresarial aos ODS*

A Agenda 2030 faz uma clara convocação para que as empresas internalizem e adotem os ODS como referência para suas estratégias de sustentabilidade, participando ativamente dos esforços para alcance das metas (ONU, 2015). Nesse sentido, a pesquisa procurou compreender o cenário de alinhamento a partir da análise das informações relatadas e aplicadas ao indicador desenvolvido.

No que se refere ao resultado geral da aplicação do indicador, apenas 17,5% das empresas pesquisadas alcançaram pontuação acima de 0,5, sendo consideradas como de médio ou alto alinhamento de acordo com a classificação proposta. Na faixa de baixo alinhamento encontram-se 49,5% da amostra, que ao acréscimo do grupo que não relata, somam 82,5% de empresas com baixo ou nenhum alinhamento aos ODS (Figura 4). Estes resultados corroboram a percepção inicial de um contexto de

adesão limitada e aquém dos desafios endereçados pela Agenda 2030 e sinaliza que a maior parte das empresas fluminenses ainda não se alinhou ou se alinha de forma superficial com os ODS.

O cenário que se aponta está na contramão do aumento da relevância e visibilidade das questões de sustentabilidade nas estratégias de negócio (Elkington, 1997; Oliveira, 2008; Barbieri & Cajazeira, 2016). Muito embora existam diretrizes, ferramentas e metodologias desenvolvidas e adaptadas para apoiar a integração com os ODS (GRI *et al.*, 2015), os resultados demonstram que ainda são necessários esforços para aumentar a adesão do setor no ERJ. Ademais, considerando que a Agenda 2030 foi concebida na perspectiva de atuação conjunta entre todos os setores da sociedade, a baixa adesão empresarial dificulta o estabelecimento de parcerias para alcance dos ODS, conforme preconiza o ODS 17 referente aos meios de implementação e parcerias (ONU, 2015).

Ainda que os resultados apontem para um baixo alinhamento aos ODS dos relatos empresariais em sustentabilidade no ERJ, é importante destacar o grupo de empresas com médio e alto alinhamento que divulgam ações relacionadas com a maior parte das etapas do *SDG Compass*, demonstrando alinhamento estruturado nos ODS. Constam nos relatórios dessas empresas informações sobre ações de internalização da Agenda, identificação de impactos da atividade, inclusive na cadeia de valor, definição de prioridades, com estabelecimento de metas e monitoramento de indicadores. Além disso, reportam suas ações, predominantemente no padrão GRI, e indicam utilização de ferramentas de gestão para sustentabilidade em seus processos. Os relatos elaborados de acordo com padrões internacionalmente reconhecidos aumentam a transparência e

favorecem a assimilação das informações pelas partes interessadas (Barbieri e Cajazeira, 2016). Vale mencionar que o padrão GRI é indicado na ferramenta *SDG Compass* e já foi lançada publicação para orientar as empresas a alinhar o relato GRI com os ODS (GRI *et al.*, 2015).

No estrato de alto alinhamento destaca-se o setor de energia, com representação de 23,5% das empresas. Muito embora não seja possível apontar correlação, o nível alto de alinhamento aos ODS desse setor está em consonância com o bom desempenho da capital fluminense na medição do IDSC-BR em relação ao ODS 7, referente a energia acessível e limpa (SDSN, 2021).

Em contraposição, o grupo com baixo alinhamento apresenta tendência de relatar desempenho em sustentabilidade de forma restrita, apresentando informações genéricas e dados amplos, com ausência de série histórica, metas ou indicadores de monitoramento. Mesmo com relatos limitados,

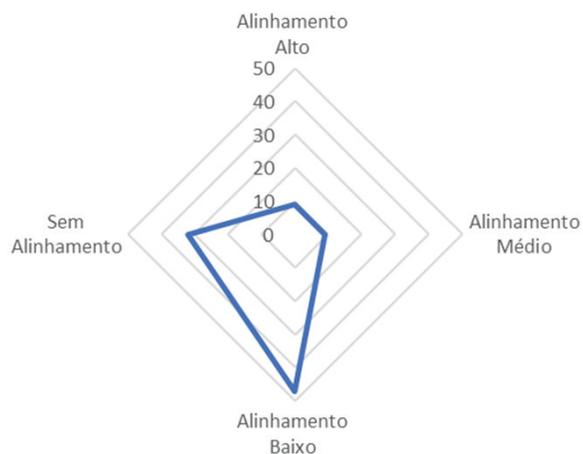


FIGURA 4 – Distribuição por nível de alinhamento da amostra de empresas do Estado do Rio de Janeiro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

FONTE: elaborado pelos autores, 2020.

essas empresas demonstram conhecimento sobre os ODS, o que pode ser considerado um ponto de partida para aumento do alinhamento.

O último grupo é formado pelas empresas sobre as quais não foi possível encontrar informações que remetesse aos ODS ou mesmo informações sobre sustentabilidade. A maior incidência nesse grupo é de empresas do setor de petróleo & gás. De fato, do total de empresas desse setor na amostra, mais de 80% estão nas faixas de baixo ou nenhum alinhamento. Este resultado é significativo se considerado o alto impacto dessa atividade e os volumosos recursos movimentados pelo setor que está amplamente associado a questões ambientais, como as endereçadas pelo ODS 7 de energia limpa e o ODS 13 de mudanças climáticas, e a problemas sociais com comunidades locais vulneráveis sujeitas aos desafios a que se referem o ODS 1 de erradicação da pobreza e ODS 10 de redução de desigualdades. Considerados pontos centrais da atual expressão da crise social e ambiental, essas agendas se interpõem à realidade das empresas de alto impacto que deveriam assumir compromissos

e metas concretas alinhadas aos ODS, sobretudo se considerado o desempenho insatisfatório desses ODS no ERJ (IPEA, 2018; SDSN, 2021).

Em relação ao perfil de alinhamento da amostra, as Figuras 5A e 5B representam o desempenho por etapas e respectivas ações do *SDG Compass* (GRI *et al.*, 2015). Os dados revelam que 50,5% das empresas apresentam relatos de ações referentes à primeira etapa prevista na metodologia que compreende o processo de entendimento da Agenda 2030, sendo que apenas 8,3% delas relata ações institucionais de internalização dos ODS entre colaboradores. Mais expressiva é a proporção de empresas que assumem compromisso formal com princípios de sustentabilidade que representa 50,52% da amostra.

A etapa seguinte, de priorização, contou com apenas 18,6% da amostra relatando ações que indiquem processos de avaliação de impacto, incluindo a cadeia de valor, ou informações sobre priorização de indicadores. Na terceira etapa, em somente 10,3% das fontes pesquisadas foram encontradas informações relacionadas ao compro-

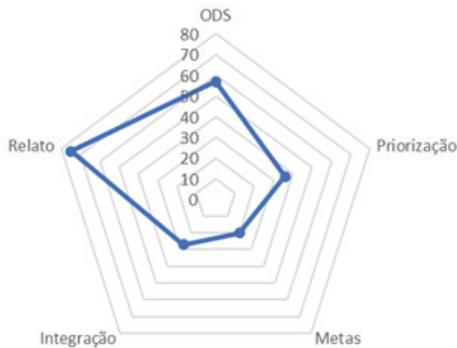


FIGURA 5A – Perfil de alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por etapa.

FONTE: Elaborado pelos autores, 2020.



FIGURA 5B – Perfil de alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por tipo de ação.

FONTE: Elaborado pelos autores, 2020.

---

misso com metas estabelecidas. No recorte da etapa de integração, identificou-se que apenas 19,6% das empresas relatam informações sobre utilização de ferramentas e metodologias para incorporação dos ODS e menos da metade deste percentual relata parcerias com outras empresas ou setores da sociedade. Em relação à última etapa de reporte, a pesquisa aponta que, apesar de 52,6% das empresas apresentar relato em padrão internacionalmente reconhecido, sobretudo o padrão GRI, apenas 24,7% apresenta seus resultados de forma alinhada aos ODS.

As duas ações mais relatadas foram o compromisso da alta liderança e o relato em padrão internacional, fatores determinantes para a prevalência das etapas de internalização e de relato em detrimento às etapas de priorização, metas e integração do *SDG Compass*. Essa leitura sugere um padrão de assinatura de compromissos e reportes padronizados, mas com poucas evidências de efetividade para o alcance das metas dos ODS. As etapas e respectivas ações fundamentais para uma adesão estruturada e comprometida com as metas dos ODS são pouco evidenciadas na maior parte dos relatórios pesquisados, o que coloca em dúvida o real alinhamento e integração da Agenda 2030 na estratégia empresarial.

Os resultados caracterizam um cenário de alinhamento limitado e insuficiente das empresas fluminenses aos ODS. Mesmo dentre as empresas que se conectam de alguma forma com a Agenda, as análises indicam a predominância de estratégias pouco consistentes, sobretudo no que se refere aos aspectos de integração dos ODS nos processos produtivos, lastreados por metas e indicadores compatíveis. Muito embora existam metodologias, diretrizes e ferramentas disponíveis para subsidiar a

atuação em sustentabilidade (Louette, 2007; NEXT, 2011; UNDP, 2021), na maior parte dos casos sua utilização não foi relatada, o que sugere que estes recursos ainda precisam ser mais disseminados e integrados na dinâmica de mercado. Nesse sentido, vale reforçar que a Rede Brasil do Pacto Global lidera iniciativas de mobilização e capacitação de empresas para integração dos ODS na estratégia de negócio como o *Hub ODS*, o *SDG Ambition*, o *SDG Action Manager*, além de oficinas do *SDG Compass*, entre outras ações.

Vale destacar, ainda, a baixa incidência de relatos de ações em parcerias, o que pode indicar, por um lado, que ainda há pouco interesse em avançar de maneira coletiva com uma agenda ampla de sustentabilidade e, por outro, que o ambiente de governança para os ODS ainda precisa ser melhor estruturado no Rio de Janeiro, a fim de fomentar a cooperação e o surgimento de parcerias multissetoriais que potencializem os esforços para alcance dos ODS (ONU, 2015).

Os resultados proporcionaram uma visão sobre como as corporações com melhores condições e vocação para a sustentabilidade estão se conectando com a Agenda 2030 dos ODS no Rio de Janeiro e sugerem que as empresas fluminenses estão longe de um comprometimento ideal para alavancar o atingimento das metas dos ODS. Os recursos potenciais do setor privado, fundamentais no arranjo da Agenda 2030, não parecem estar sendo empregados de forma orientada aos ODS.

## 5. Considerações finais

A realização deste estudo proporcionou uma visão sobre o panorama de alinhamento da atuação

---

em sustentabilidade de empresas fluminenses aos ODS. A análise dos resultados da pesquisa apontou um quadro de baixo alinhamento do setor privado com os compromissos globais de desenvolvimento sustentável.

Revelou-se um padrão de comportamento limitado das empresas, que parecem concentrar seus esforços principalmente nas dimensões de compromisso e de relato corporativo e menos em estratégias que contemplem processos efetivos de priorização, definição de metas e integração dos ODS nas atividades de negócio. Com esta tendência, é possível supor que as ações voltadas para as cadeias de valor sejam ainda mais limitadas, comprometendo a efetiva gestão de impactos e o potencial das empresas para transformação e contribuição ao desenvolvimento sustentável.

Em termos setoriais, é importante destacar o bom desempenho das empresas do setor elétrico que relatam ações alinhadas às etapas do *SDG Compass*, sugerindo um padrão setorial de integração dos ODS à estratégia de negócio. Por outro lado, as empresas do setor de petróleo & gás, um dos mais importantes para a economia do ERJ, apresentaram um perfil setorial de pouco alinhamento e, em vários casos, ausência de informações sobre sustentabilidade.

Vale mencionar que as ações de parcerias para os ODS estão entre as menos relatadas. Essa tendência vai na contramão da essência de abordagem integrada e colaborativa preconizada pelos ODS.

Considerando a dimensão dos desafios e o prazo dos ODS até 2030, o baixo alinhamento apontado pelos resultados da pesquisa são preocupantes e comprometem o alcance das metas. Assim, torna-se necessário acelerar o envolvimento do setor privado pela disseminação e ampliação do

uso de metodologias e ferramentas, orientadas por diretrizes globais, que contribuam com a efetiva integração dos ODS nas práticas empresariais. Da mesma forma, as conexões de parcerias precisam ser incentivadas por meio da construção de ambientes colaborativos e pela estruturação de uma governança que seja favorável e potencialize o atingimento das metas dos ODS.

Como aprofundamento desta pesquisa, sugere-se que trabalhos futuros explorem os fatores críticos que favorecem e os que limitam o alinhamento empresarial. Além disso, recomenda-se que os estudos se concentrem no alinhamento dos demais setores da sociedade e sua atuação para a Agenda 2030, buscando entender como a governança se estabelece, além de mapear oportunidades e desafios para o alcance das metas dos ODS.

## Referências

- Acselrad, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- Acselrad, H.; Mello, C. C. A.; Bezerra, G. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Amato Neto, J. (Org.). *Sustentabilidade & produção: teoria e prática para uma gestão sustentável*. São Paulo: Atlas, 2011.
- Barbieri, J. C.; Cajazeira, J. E. R. *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. Rio de Janeiro: FGV, 3. ed. 2016.
- Bellen, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. São Paulo: Saraiva, 2. ed., 2006.
- Betti, G.; Consolandi, C.; Eccles, R. G. The relationship between investor materiality and the sustainable development goals: a methodological framework. *Revista Sustainability*, 10(2248), 1-23, 2018. doi: 10.3390/su10072248

- 
- Blackrock. *Carta Lerry Fink: uma mudança estrutural nas finanças*. Disponível em <<https://www.blackrock.com/br/larry-fink-ceo-letter>>. Acesso em: nov. 2020.
- Boff, L. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- Brasil. *Projeto de Lei do Congresso n.º 21, de 30 de agosto 2019*. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília, 2019.
- Capra, F.; Luisi, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- Chomsky, N. *Quem manda no mundo?* São Paulo: Planeta, 2017.
- Crutzen, P. J.; Stoermer, E. F. The Anthropocene, *Global Change Newsletter*, 41, 17-18, 2000.
- Dias, R.; Cassar, M.; Zavaglia, T. *Introdução à administração da competitividade e à sustentabilidade*. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- Elkington, J. *Cannibals with forks – the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1997.
- Ferreira, H.; Cassiolato, M.; Gonzalez, R. *Como elaborar modelo lógico de programas: um roteiro básico*. Brasília: IPEA, 2007.
- França Filho, G. C.; Rigo, A. S.; Souza, W. J. A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). *Revista Organizações & Sociedade*, 27(94), 556-584, 2020. doi: 10.1590/1984-9270948
- Gray, D. E. *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Penso, 2. ed., 2012.
- GRI – Global Reporting Initiative. United Nations Global Compact. WBCSD – World Business Council for Sustainable Development. *SDG compass*. 2015. Disponível em: <[https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG\\_Compass\\_Portuguese .pdf](https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG_Compass_Portuguese.pdf)>. Acesso em: jun. 2020.
- GTSC – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. *IV Relatório luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável*. Brasil, 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasil: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2021.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *ODS – Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasil: IPEA, 2018.
- Jannuzzi, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 137-160, 2014. doi: 10.21874/rsp.v56i2.222
- Krenak, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Latour, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- Latour, B. *Facing Gaia: eight lectures on the new climatic change*. Cambridge, UK: Polity, 2017.
- Leff, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 5. ed., 2010.
- Louette, A. (Org.). *Gestão do conhecimento: compêndio para sustentabilidade ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental*. São Paulo: Antakarana Cultura, Arte e Ciência, 2007.
- Meadows, D. H.; Meadows, D. L.; Randers, J.; Behrens III, W. W. *Limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva AS, 1973.
- Mello, M. F.; Mello, A. Z. Uma análise das práticas de responsabilidade social e sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. *Gestão & Produção*, 25(1), 81-93, 2018. doi: 1590/0104-530x1625-16
- Muñoz-Torres, M. J.; Fernández-Izquierdo, M. A.; Rivera-Lirio, J. M.; Ferrero-Ferrero, I.; Escrig-Olmedo, E.; Gisbert-Navarro, J. V.; Marullo, M. C. An assessment tool to integrate sustainability principles into the global supply chain. *Revista Sustainability*, 10, 535, 2018. doi: 10.3390/su10020535
- NEXT - Observatório de Tendências em Sustentabilidade. 4º Estudo NEXT - Ferramentas de gestão para a sustenta-

- bilidade: cinco grandes desafios. *Revista Ideia Sustentável*, 10(38), 2011.
- Oliveira, J. A. P. *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- Oliveira, R. L. *Licenciamento ambiental: avaliação ambiental estratégica e (in)eficiência da proteção do meio ambiente*. Curitiba: Juruá, 2014.
- ONU – Organização das Nações Unidas. *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development - A/RES/70/1*, 2015.
- Pinto, G. E.; Pires, A.; Georges, M. R. R. O antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa IBOPE. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 54, 1-25, 2020. doi: 10.5380/dma.v54i0.67833
- Porter, M.; Kramer, M. R. Creating shared value: how to reinvent capitalism – and unleash a wave of innovation and growth. *Harvard Business Review*, 1(1), 1-17, 2011.
- Purcell, W. M.; Henriksen, H.; Spengler, J. D. Universities as the engine of transformational sustainability toward delivering the sustainable development goals. *Int. J. Sustain. High. Educ.*, 20, 1343–1357, 2019.
- Sachs, J.; Schmidt Traub, G.; Kroll, C.; Lafortune, G.; Fuller, G. *Sustainable development report 2019*. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN), 2019.
- Santiago, A. L. F. *Licença social para operar: relacionamento da empresa com a comunidade local*. São Paulo, Tese (Doutorado em administração) – Centro Universitário FEI, 2016.
- Santos, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2021.
- SDSN – Sustainable Development Solutions Network. *Accelerating education for the SDGs in universities: a guide for universities, colleges and tertiary and higher education institutions*. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2020.
- SDSN – Sustainable Development Solutions Network. *Índice de desenvolvimento sustentável das cidades. Sustainable development report 2019*. New York, 2021. Disponível em: <<https://idsc-br.sdgindex.org/>>. Acesso em: mar. 2021.
- Steffen, W.; Grinevald, J.; Crutzen, P.; McNeill, J. The anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 369842–867, 2011. doi: 10.1098/rsta.2010.0327
- Tachizawa, T. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 5. ed., 2008.
- Theodoro, S. H. (Org.). *Os 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente: conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- Thomson, I.; Boutilier, R. G. Social license to operate. In: Darling, P. (Ed.), *SME Mining engineering handbook*. Littleton, CO: Society for Mining, Metallurgy and Exploration, p. 1779-1796, 2011.
- UNDP – United Nations Development Programme. *SDG Integration*. Disponível em: <<https://sdgintegration.undp.org/accelerating-development-progressduring-covid-19>>. Acesso em: fev. 2021.
- Veiga, J. E. A primeira utopia do antropoceno. *Ambiente & Sociedade*, XX(2), 233-252, 2017. doi: 10.1590/1809-4422as-ocex002v2022017
- Verboven, H.; Vanherck, L. Sustainability management of SMEs and the UN sustainable development goals. *Springer-Verlag Berlin Heidelberg*, 24, 165-178, 2016. doi: 10.1007/s00550-016-0407-6
- Vergara, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 10. ed., 2009.
- WCED – World Commission on Environment and Development. *Our common future*. Reino Unido: Oxford University Press, 1987.
- Yunus, M. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- Zarpelon, M. I. *Gestão e responsabilidade social - NBR 16.001/SA 8.000: implantação e prática*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.